



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
Faculdade de Educação – FAE
Curso de Gestão Escolar

Renato Raimundo da Silva

O GESTOR ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA

Belo Horizonte
2013

Renato Raimundo da Silva

O GESTOR ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Orientador: Professor Francisco Ângelo Coutinho

Belo Horizonte
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação

FOLHA DE APROVAÇÃO DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Curso: Gestão Escolar

Candidato: Renato Raimundo da Silva

Registro DRCA: 2012742054

CPF: 030.022.076-67

Orientador (a): Francisco Ângelo Coutinho

Às 13h00 horas do dia 30/11/2013, reuniu-se na Faculdade de Educação da UFMG a Comissão Examinadora indicada pela coordenação do Curso de Especialização Gestão Escolar, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado “*O GESTOR ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA*”, requisito final para obtenção do grau de Especialista. Abrindo a sessão, a banca examinadora, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Após a apresentação do trabalho, seguiu-se o julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Francisco Ângelo Coutinho indicou a APROVAÇÃO do candidato.

Antônio Júlio de Menezes Neto indicou a APROVAÇÃO do candidato.

Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela banca examinadora. Nada mais havendo a tratar, a Comissão Examinadora encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente folha de aprovação.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021.

Samir Nassif
Assistente em Administração - FaE/UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Samir Clara Horta Nassif, Assistente em Administração**, em 24/11/2021, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daisy Moreira Cunha, Diretor(a)**, em 25/11/2021, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1103796** e o código CRC **1C16B1EC**.

RESUMO

Por meio deste trabalho são discutidos alguns aspectos que remetem ao perfil do gestor escolar enquanto promotor da criação de uma escola democrática. Pressupõe-se que uma escola democrática seja aquela na qual todo o segmento da comunidade escolar tem participação no processo de tomada de decisões. Defende-se ao longo do estudo, que a gestão democrática da escola é uma forma de assegurar a concretização das metas contidas no Projeto Político Pedagógico, possibilitando que este documento não se torne apenas um papel de gaveta. Realizou-se neste trabalho um estudo específico na Escola Municipal José Américo de Lacerda, localizada no município de Nova Serrana/MG. Por meio de um levantamento bibliográfico realizado em torno do tema gestão escolar democrática, analisaram-se criticamente alguns pressupostos contidos no PPP desta escola, observando se estes apontam caminhos para a gestão democrática. O resultado obtido com a análise mostrou que a escola tem direcionado sua gestão para a democracia e participação de todos os segmentos da comunidade. Fato importante a ser ressaltado é a criação de conselhos que representam os vários segmentos da comunidade tanto na gestão administrativa, quanto pedagógica da escola.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Tomada de Decisões. Comunidade Escolar.

ABSTRACT

Through this work, some aspects that refer to the profile of the school manager as a promoter of the child of a democratic school are discussed. It is assumed that a democratic school is one in which all segments of the school community participate in the decision-making process. It is defended throughout the study that the democratic management of the school is a way to ensure the achievement of the goals contained in the Pedagogical Political Project, enabling this document not to become just a paper drawer. A specific study was carried out in this work at the José Américo de Lacerda Municipal School, located in the city of Nova Serrana/MG. Through a bibliographical survey carried out around the theme of democratic school management, some assumptions contained in the PPP of this school were critically analyzed, noting whether they point to paths for democratic management. The result obtained from the analysis showed that the school has directed its management towards democracy and participation of all segments of the community. An important fact to be highlighted is the creation of councils that represent the various segments of the community in both the administrative and pedagogical management of the school.

Keywords: Democratic Management. Decision-making. School Community.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 O PERFIL DO GESTOR ESCOLAR NUMA ESCOLA DEMOCRÁTICA	8
1.1 A gestão democrática no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal José Américo de Lacerda	9
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
REFERÊNCIAS.....	13

INTRODUÇÃO

De acordo com as novas demandas que regem o processo de gestão de escolas, pode-se compreender que o diretor escolar não é somente um fiscalizador do processo de ensino, trata-se de um profissional que usa seus conhecimentos com o objetivo de integrar a equipe de trabalho em torno de metas estipuladas visando atingir objetivos para a melhoria da qualidade do ensino ou sua manutenção.

Um trabalho desenvolvido na área de direção escolar visa, sobretudo, destacar a importância do gestor enquanto líder democrático, que sabe partilhar ideias junto ao grupo de trabalho, assumindo responsabilidades e tendo o dinamismo suficiente para a tomada de decisões em prol da instituição que dirige.

No âmbito pedagógico destaca-se o papel do diretor no auxílio à elaboração da proposta pedagógica e com isso garante a sua participação na formação de uma escola que tenha sua proposta de educação expressa num projeto que retrate as expectativas, interesses, anseios e necessidades de toda a comunidade escolar e seu entorno. Nesse aspecto, o caminho será construído no decorrer de uma prática concreta e comprometida, na qual cada equipe encontrará sua própria forma de caminhar (JAPECANGA, 2013). Toda a equipe da escola deve ser chamada a participar desse construir coletivo, para tornar o processo de ensino e aprendizagem cada vez mais eficaz.

O estudo em questão dedica-se a relacionar os aspectos da gestão democrática contidos no interior do Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Municipal José Américo de Lacerda visando observar se tais aspectos rumam para a implantação de uma gestão democrática.

A Escola Municipal José Américo de Lacerda é uma instituição educacional localizada na Rua Coronel Pacifico Pinto, 1550, no Bairro Santa Luzia, município de Nova Serrana, Minas Gerais. Ela pertence ao Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais, vinculado a 12ª Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis e se organiza a partir de orientações da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Nova Serrana.

A escola tem dezessete anos de funcionamento, atende a uma clientela na sua maioria de baixa renda, principalmente filhos de operários das fábricas do setor calçadista. Sua clientela é formada por estudantes da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, do Ciclo de Alfabetização ao Ciclo Complementar (anos iniciais), e do sexto ao nono ano (anos finais).

O estudo desenvolvido teve como procedimento o levantamento bibliográfico e análise qualitativa. O levantamento bibliográfico apontou alguns fundamentos teóricos sobre o assunto, sobretudo de acordo com as concepções de Gonçalves e Carmo (2013); Japcanga (2013) e Severino (2012), além de documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Guia do Diretor Escolar da Secretaria de Estado da Educação, que possibilitaram uma análise qualitativa do PPP da escola verificando de que forma a teoria vem sendo concretizada na prática da gestão da escola na qual se deu o estudo.

1 O PERFIL DO GESTOR ESCOLAR NUMA ESCOLA DEMOCRÁTICA

Visando uma melhor compreensão dos momentos hoje vivenciados no cenário das escolas, é preciso ressaltar que a grande maioria dos profissionais de educação revela consciência da necessidade de que é preciso buscar novos modos de se fazer educação. Isto é sinal de sensibilidade e de consciência do papel político-histórico aos desafios hoje colocados. Nesse sentido, procura-se destacar, ao longo das discussões que se seguem qual seria o perfil do gestor escolar ou diretor escolar democrático, no processo de tomada de decisões.

A rapidez do mundo moderno, a versatilidade das comunicações, a volatilidade dos conceitos éticos e morais são circunstâncias que exigem uma capacidade extrema de observação, de assimilação e de adaptação. Assim na organização das instituições de ensino, uma das principais características do diretor é o dinamismo. “O gestor escolar deverá sempre considerar a realidade para que seu trabalho seja em prol do gozo dos direitos civis, políticos e sociais sendo estes uma expressão concreta de seu exercício” (SEVERINO, 1992, p. 9-14).

Outro ponto importante a se considerado no perfil do gestor escolar é sua capacidade de dividir decisões com outros membros da comunidade. Isso está diretamente relacionado à estrutura de poder materializada na escola (GONÇALVES; CARMO, 2013). Como a estrutura de poder deve ser democratizada, os colegiados escolares desempenham um papel fundamental, “enquanto instâncias de flexibilização e divisão efetiva do poder” (BRASIL, 1998, p. 37). O colegiado escolar enquanto instância que reúne representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar, se configura em um instrumento por meio do qual o diretor escolar pode socializar ideias, pedir sugestões quanto ao processo de tomada de decisões, solicitar revisão de processos no interior da escola, entre outros.

De acordo com o art. 14 da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), a educação é fruto da participação tanto dos profissionais da educação quanto da comunidade em geral (BRASIL, 1999, p. 42). No caso específico da gestão da escola, essa tarefa é ainda mais desafiante, porque afeta o núcleo do poder. É preciso que a escola redimensione a organização de seus tempos e espaços. Embora a LDB aponte nesta direção, é preciso avançar, garantindo mecanismos legais que permitam a ação da escola para essa reorganização.

Nesse sentido, para possibilitar a gestão de uma forma democrática, é preciso que os diretores de escolas, estabeleçam as suas metas administrativas e pedagógicas a serem alcançadas (JAPECANGA, 2013). Para isso é essencial contar com a participação da comunidade e da equipe de trabalho como um todo no processo e elaboração de tais metas.

Segundo esse ponto de vista, considera-se o diretor escolar como um mobilizador do grupo para as descobertas. Ele media a tomada de consciência do grupo sobre sua realidade e coordena o processo de tomada de decisões quanto ao “que fazer escolar”.

De acordo com as concepções de Gonçalves e Carmo (2013) sobre a atuação do gestor escolar na promoção de um ensino de qualidade, nota-se que esses autores afirmam ser um cargo de muita responsabilidade. O gestor escolar é aquele que se incumba de assegurar a estruturação física e pedagógica da escola, administrando corretamente os recursos de acordo com as necessidades apresentadas pelo perfil da clientela. Por outro lado, o gestor escolar deve apoiar todo o processo de formação continuada dos professores de sua escola de tal modo que estes estejam sempre aperfeiçoando seus métodos diante dos desafios que surgem no cotidiano.

No processo de desenvolvimento de uma gestão democrática, é preciso um contínuo feedback entre os membros da comunidade escolar, assim, destaca-se também o papel do diretor escolar como avaliador de todo o processo. O diretor age como elo que procura encontrar, em diferentes fontes, espaços de interlocução para as reflexões. Essa interlocução de reflexões é que permite a sintonia entre o trabalho desenvolvido na escola e as necessidades da sociedade.

1.1 A gestão democrática no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal José Américo de Lacerda

Uma gestão democrática deve ser embasada por meio das diretrizes contidas no PPP da escola, uma vez que este documento é construído de maneira coletiva, ou seja, com a participação de toda a comunidade escolar. Assim sendo, não é uma construção que não se restringe a uma questão de técnica de planejamento, pois o diretor deve envolver-se com o cumprimento dos diferentes aspectos do PPP para

que estes venham a ser concretizados e o documento não se torne simples papel de gaveta.

As discussões aqui realizadas foram feitas principalmente com base na análise crítica do PPP (anexo) da Escola Municipal José Américo de Lacerda.

O Projeto Político Pedagógico da escola possibilita introduzir mudanças planejadas e compartilhadas. Essas mudanças pressupõem, de um lado, ruptura com uma cultura de provação e com uma educação elitista e, de outro lado, compromisso com a aprendizagem do aluno e com uma educação de qualidade para todos os cidadãos (MINAS GERAIS, SEE, 1997, p. 2).

A construção coletiva do PPP passa pelo planejamento participativo. Isto significa que a participação dos profissionais da educação e de outros segmentos da comunidade deve se efetivar em todas as etapas de elaboração e execução do projeto, sem perder de vista as especificidades do trabalho escolar. Os professores, especialistas e servidores não devem se preocupar apenas com o “como fazer” ou com o “que fazer”, mas também com o “para que fazer” (JAPECANGA, 2013).

É preciso compreender que uma educação democrática não é feita somente com a participação dos profissionais da educação, é necessário assegurar que a comunidade também participe da elaboração do documento. Esse pressuposto fica claro no PPP da Escola Municipal José Américo de Lacerda:

É importante no contexto em estudo, que a família tome sempre conhecimento sobre o rendimento dos alunos, assim como o processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) considerando os aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros. Ou seja, as decisões desta escola são tomadas de forma coletiva e transparente. (PPP, E.M. JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA, 2013, p. 14).

A escola deve contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática e solidária. O PPP deve se configurar como o ponto de partida para atingir esse ideal de construção, para isso é preciso que exista a participação efetiva da comunidade em seu interior. Sobre esse aspecto é ressaltada a seguinte dificuldade no PPP.

Alguns pais e responsáveis têm deixado a desejar no sentido de sua efetiva participação na vida escolar de seus filhos. Sabe-se que a participação de pais e responsáveis deve ser incentivada de maneira a tornar-se uma realidade dentro da escola, pois não basta a força da lei, a escola precisa ter o apoio da comunidade e deve ser aceita por todos, dentro e fora da escola. (PPP, E.M. JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA, 2013, p. 14).

As dificuldades quanto à participação dos pais/responsáveis no desenvolvimento das metas da escola são notadas em diversas situações. Para superar esse obstáculo a escola tem que realizar incentivos para que os pais venham a conhecer sua estrutura e filosofia. Tais incentivos consistem na realização de projetos como Dia da Família na Escola, Jogos Interclasse ou até mesmo visitas individuais aos pais, convidando-os a conhecer a escola.

Pode-se ressaltar ainda que a gestão democrática na Escola Municipal José Américo de Lacerda é materializada por meio da atuação de Conselhos que atuam tanto na área administrativa quanto na área pedagógica. Na área administrativa está o Conselho de Caixa Escolar.

O Conselho do Caixa Escolar representa a junção de esforços e objetivos que são caracterizados principalmente por interagir junto à escola como instrumento de transformação de ações, promovendo o bem-estar da comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social. Além disso, tal Conselho promove a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares. Dessa forma, contribui para a solução de problemas inerentes à vida escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola.

Na área pedagógica destaca-se a atuação do Conselho de Classe que tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do educando, auxiliando assim, a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Tem como objetivo avaliar o desempenho de cada educando nas ações escolares do bimestre, verificar as necessidades de cada aluno e procurar sanar as dificuldades encontradas.

Por sua vez, existe o Conselho de Avaliação de Desempenho que transita entre os aspectos administrativos e pedagógicos da instituição. O Conselho de Avaliação de Desempenho tem como finalidade avaliar o desempenho dos funcionários da escola. Por meio da avaliação realizada o profissional pode verificar quais são os pontos positivos de seu trabalho e que pontos ainda necessitam de aperfeiçoamento.

A atuação dos conselhos na Escola Municipal José Américo de Lacerda mostra que o processo de decisão no interior desta instituição acontece de forma transparente e que existe uma participação de todos os segmentos por meio dos representantes dos Conselhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar deve ser concebida como uma prática que crie condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para a compreensão e participação na realidade. Essa realidade envolve relações sociais, políticas e culturais diversificadas.

O gestor escolar é o profissional que representa a escola de uma forma geral, contudo, esse processo de representação não deve acontecer de forma autocrática, ao contrário disso o gestor deve aprender a dividir responsabilidades e compartilhar decisões com os diversos segmentos da comunidade escolar. Nesse sentido, destaca-se o papel do diretor escolar enquanto profissional com o conhecimento necessário à implementação da legislação frente às práticas pedagógicas executadas, assegurando que o ensino seja democrático e de qualidade em todas as realidades do país.

Para se construir a escola desse milênio, é fundamental a revisão de paradigmas que, tradicionalmente, têm norteado a escola brasileira e atentar para um projeto político-pedagógico que reflita as necessidades da comunidade. É preciso buscar uma gestão em que a figura do diretor seja aquele que assume responsabilidades, porém que também exista o compartilhamento e o respeito pelas ideias dos demais segmentos. No caso específico da Escola Municipal José Américo de Lacerda, o diferencial da implantação do PPP para a gestão democrática na tomada de decisões, consiste na participação efetiva dos Conselhos de Caixa, de Classe e de Avaliação de Desempenho.

Por fim, pode-se dizer que uma educação para ser de qualidade deve relacionar-se com a prática de uma democracia participativa, a formação para uma sociedade mais justa passa pela construção de uma gestão democrática na escola. Nos dias atuais não há espaço para a construção de uma gestão em disparidade com pressupostos de uma educação humanizada e solidária.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria do Estado da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria do Estado da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GONÇALVES, Jussara dos Santos; CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. Disponível em: <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias>>. Acesso em: 20 out 2013.

JAPAPECANGA, Alaíde Pereira. **A democratização das relações de trabalho na escola pública**. Disponível em: <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias>>. Acesso em: 20 out 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Guia do diretor escolar SEE – MG: instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor escolar**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2006.

NOVA SERRANA. Projeto Pedagógica da Escola Municipal José Américo de Lacerda. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A escola e a construção da cidadania. In: **Sociedade civil e educação**. Campinas: Papyrus; São Paulo: ANDES/ANPED, 1992.

ANEXO: Projeto Político-Pedagógico



ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
EDUCAÇÃO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL**

**ANTÔNIO REIS DINIZ
JANICE PEREIRA LINO SILVA
ROSA MARIA DA SILVA LACERDA
RENATO RAIMUNDO DA SILVA**

BELO HORIZONTE, 2013

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AMÉRICO DE LACERDA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
EDUCAÇÃO INFANTIL – ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho acadêmico apresentado a disciplina Projeto Vivencial da Escola de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar sob a orientação da Professora Marly Olívia Ribeiro e Silva.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	6
1	FINALIDADES DA ESCOLA	8
2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	10
3	CURRÍCULO	13
4	TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES.....	16
5	PROCESSOS DE DECISÃO	18
6	RELAÇÕES DE TRABALHO	21
7	AVALIAÇÃO	23
7.1	Avaliação no processo no processo de planejamento participativo.....	25
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

INTRODUÇÃO

As atividades escolares devem ter como objetivos atingir os resultados educacionais da legislação em vigor e principalmente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9394/96). Dessa forma, são necessárias reflexões sobre as ações a serem realizadas. É nesse contexto que surge o Projeto Político Pedagógico (PPP), da Escola Municipal José Américo de Lacerda em Nova Serrana – Minas Gerais. Uma necessidade de construção de uma proposta de educação para os alunos com os quais a escola trabalha, buscando elevar sua eficiência e tendo como propósito principal a qualidade do ensino que ela oferece.

No Projeto Político Pedagógico (PPP), são incluídos todos os dados e informações, diretrizes e normas do trabalho pedagógico e administrativo. Este documento deve ser visto como um “processo permanente de reflexão e discussão de problemas da escola, tendo por base a construção do processo democrático de decisões, “Conforme afirma Veiga (1996 s.p). E para atender tais parâmetros, este projeto estabelece uma reflexão acerca de eixos norteadores de seu trabalho e busca responder à indagação sobre que aluno se deseja formar em tempos de avanços acelerados do conhecimento e da tecnologia.

Busca analisar sua estrutura organizacional, tanto a administrativa, que se refere aos recursos humanos, físicos e financeiros, quanto ao pedagógico, que se referem às questões de ensino aprendizagem. Busca explicitar a organização dos grupos, os critérios e nomenclaturas, a organização e o planejamento de suas ações, bem como o ensino e aprendizagem, expressos no currículo; a organização do tempo e do espaço da instituição; o clima escolar; ou seja, a relação escola comunidade; a gestão da escola e avaliação no sentido mais amplo.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) busca promover enfim, mudanças qualitativas através de planejamentos que visam um futuro educacional cada vez melhor com diretrizes e propostas de organização desenvolvidas por esta escola. A sociedade novaserranense hoje enfrenta muitos problemas e uma boa parte é vivida no

cotidiano dos educandos e da escola. Assim torna-se indispensável a participação da comunidade escolar na avaliação e reelaboração deste documento.

Uma questão a ser enfrentada pela Escola Municipal José Américo de Lacerda, é o avanço tecnológico e a rapidez das informações, o que torna necessário uma maior capacidade de iniciativa em combater as diferenças sociais e os preconceitos.

Deixar de lado as intolerâncias nas relações interpessoais e realizar novas formas de participação da comunidade. Sabe-se que a metodologia participativa prioriza aspectos da aprendizagem significativa, propicia o interesse pelas dimensões do saber e o respeito à diversidade cultural. Tais aspectos também são valorizados no presente trabalho.

A Escola Municipal José Américo de Lacerda é uma instituição educacional localizada na Rua Coronel Pacífico Pinto, número mil quinhentos e cinquenta, no Bairro Santa Luzia, Telefone 37-3226-4511, email: emjoseamerico@hotmail.com, município de Nova Serrana, Minas Gerais. Ela pertence ao Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais, vinculando a 12ª Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis e se organiza a partir de orientações de Secretaria Municipal de Educação da cidade de Nova Serrana.

A escola possui dezessete anos de funcionamento atendendo a uma clientela na sua maioria de baixa renda, principalmente filhos de operários das fábricas do setor calçadista, residentes nos Bairros: São Geraldo, Santa Luzia, Santana, André Freitas, Laranjeiras, São José e adjacências. Sua clientela é formada por estudantes de Educação Infantil ao Ensino Fundamental, do Ciclo de Alfabetização ao Ciclo Complementar (anos iniciais), e do sexto ao nono ano (anos finais). Vale lembrar que esta instituição trabalha sempre dentro dos princípios básicos da LDBN.

Faz-se necessário, portanto, repensar esta escola como uma instituição que pode tomar diferentes rumos, em conformidade ao tipo de política adotada, entendendo esta como uma escolha, com diretrizes claras e intervenções conscientes em sua execução. O projeto Político Pedagógico (PPP) representa esse norte, um guia para uma escola aberta, democrática e que busca qualidade total em educação.

1 FINALIDADES DA ESCOLA

Sabe-se que a função da escola é promover ao aluno o acesso ao conhecimento sistematizado e a partir dele, a produção de novos conhecimentos. Preocupa-se, portanto, em formar um cidadão consciente e participativo na sociedade em que está inserido.

A Escola Municipal “José Américo de Lacerda” está embasada e afinada com o que prevê a Constituição Federal e a LDBN (Lei n. 9394/96) - as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para a Educação das Relações Étnico-Raciais e também o Estatuto da Criança e do Adolescente bem como atender às demais normas aplicáveis, vigentes e supervenientes de nível Federal, Estadual e Municipal.

Esta instituição procura enfim, por meio do Projeto Político Pedagógico, oferecer aos alunos uma educação de qualidade, para formar o cidadão consciente de seus direitos e deveres, sem discriminações que possam marcar sua trajetória escolar, e objetivando o exercer o direito de “ser”, “aprender” e “conviver”.

O Projeto Político Pedagógico da escola possibilita introduzir mudanças planejadas e compartilhadas. Essas mudanças pressupõem, de um lado, ruptura com uma cultura de provação e com uma educação elitista e, de outro lado, compromisso com a aprendizagem do aluno e com uma educação de qualidade para todos os cidadãos (MINAS GERAIS, CEE, 1997, p. 2).

Para Barbier (1996), “projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente sobre suas soluções. “O presente documento, elaborado por representantes de cada segmento, visa garantir a construção da identidade da própria escola, respeitando as diferenças regionais, seus problemas e soluções e as especialidades da comunidade local. O foco é a gestão democrática, caracterizada pela participação da comunidade escolar Na tomada de decisões, fator que eleva o desempenho acadêmico dos discentes e valoriza o trabalho do corpo docente.

Visa enfim, o desempenho satisfatório do aluno da escola em um ambiente cada vez mais agradável e acolhedor para que o educando possa desenvolver suas capacidades intelectuais, o gera um processo de inclusão e socialização e de valor às diferenças individuais. Ele permite que a escola, junto com a comunidade, repense constantemente o seu papel pedagógico e sua função social. Ajuda a refletir se a escola que temos está voltada para os interesses políticos, se discrimina e produz mecanismos de controle que impedem os estudantes de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

No contexto da Escola Municipal José Américo de Lacerda, há profissionais competentes e capacitados, bem como condições físicas e pedagógicas para atender os anseios dos alunos, no sentido de ter uma educação de qualidade a médio e longo prazo, de respeitar e valorizar as experiências. Acredita-se assim que essa instituição está apta para a formação e transformação dos alunos em cidadãos críticos e reflexivos, pessoas que podem transformar a atual realidade e construir um mundo mais igualitário.

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Sabe-se, que a estrutura e organização de uma escola influencia no processo ensino e aprendizagem, uma vez que uma boa estrutura física oferece mais conforto aos alunos e aos profissionais e a estrutura pedagógica no espaço escolar ampara melhor o aluno, professor, diretor e supervisor, tendo respaldo tanto nas leis como no entendimento dos objetivos e metas a serem alcançados.

“As pessoas e os grupos sociais têm direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito de ser diferente quando a igualdade os descaracteriza” (SANTOS, 1997, p.112)

A Escola Municipal José Américo de Lacerda faz parte do Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais, se estrutura através da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal da cidade de Nova Serrana. A equipe administrativa da escola organiza a gestão dos recursos físicos, humanos e financeiros, é composta por um gestor escolar e dois vices, sendo um no turno matutino e outro no vespertino e uma secretária escolar. As condições de funcionamento desta instituição são satisfatórias, possui espaço adequado e equipamentos para que o ensino aprendizagem aconteça de forma adequada e organizada.

A estrutura pedagógica de uma escola refere-se à forma de organizar a parte educativa, para que a escola seja eficiente e eficaz e atinja suas finalidades na aprendizagem de acordo com o currículo. A equipe pedagógica da Escola MUNICIPAL José Américo de Lacerda é formada por três pedagogos, sendo um em cada turno e o outro que se divide entre os dois turnos, dois auxiliares de biblioteca e cinquenta e dois professores.

O apoio administrativo refere-se aos profissionais que participam da escola e que têm vínculo empregatício ou pertencem a outras secretarias municipais, mas que trabalham diretamente na escola com alunos e professores. Ele é formado por um monitor, vinte auxiliares de serviços gerais, cinco auxiliares de educação, um porteiro e dois vigias noturnos. Vale salientar que tanto a estrutura administrativa, quanto a estrutura pedagógica atende às necessidades a escola de forma eficiente.

Atualmente a escola atende a oitocentos e trinta alunos, sendo setenta e dois alunos da Educação Infantil, trezentos e sessenta do primeiro ao quinto ano, quatrocentos e seis do sexto ao nono ano, com uma equipe de noventa e seis funcionários. Conta com cinquenta e dois professores, cinco auxiliares de secretaria, dois auxiliares de biblioteca, um professor recuperador, três professores eventuais, um monitor, um porteiro, dois vigias, vinte auxiliares de serviços gerais e dois professores de informática.

O prédio é próprio e encontra-se em bom estado de conservação. Tem em sua entrada uma pequena recepção e grandes paineiras. Sua infraestrutura é constituída de vinte e uma sala de aula, uma biblioteca ampla, um laboratório de informática com ar condicionado e equipado com computadores modernos e conectados á internet, sala de multimídia com cadeiras estofadas para melhor conforto dos alunos e professores, sala multifuncional para atender os alunos com necessidades especiais e/ou defasagem de aprendizagem.

Conta também com sala para pedagogos, secretaria escolar, cantina, almoxarifado para material de limpeza e almoxarifado de alimentos. Possui nove sanitários sendo dois com acessibilidade, escovódromo, sala de direção, sala de professores, quadra coberta, quadra de areia, um quiosque, pátio com banquinhos de madeira e uma sala de acervo bibliográfico.

O artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) afirma que a educação “dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade nos ideais de solidariedade humana, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” Brasil (1996). Mas a escola é o local de convivência dos sujeitos que também agem em prol dessa educação.

Conforme a alternativa anterior, a escola precisa se preparar para desenvolver no sujeito o seu pensamento, a se comunicar e construir uma linguagem própria, a usar a informação e o seu conhecimento para viver em um mundo em transformação. Trata-se nesse caso não somente dos recursos físicos e financeiros,

mas principalmente às interações políticas e aos recursos humanos. Torna-se necessário então ao educador, que ele se prepare para um novo modo de educar.

3 CURRÍCULO

O currículo é o modo de planejar a transmissão do conhecimento e organizar a metodologia coletiva usada na construção deste processo proporcionando assim os meios necessários para sua real efetivação. Segundo o Guia do Diretor Escolar (2006, p. 19) elaborado pela Secretaria de Estado da Educação (SEE), o currículo é:

Um conjunto de ações que cooperam para a formação humana. Nesse sentido, falar de currículo é falar de uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. O currículo preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona subsídios para a execução de ações. Porém, questões como o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e como avaliar devem estar presentes.

Os conteúdos curriculares geralmente se orientam pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), na Resolução SEE N. 1086:2008 para os anos iniciais e no Conteúdo Básico Comum (CBC) para os anos finais. Para realizar seus objetivos, o currículo deve ter a concepção de educando e da sociedade que se deseja formar.

A organização dos conteúdos e a metodologia de trabalho por sua vez, devem estar em acordo com os preceitos legais, do art. 26 da Lei de diretrizes e Bases da educação Nacional (LDBEN) e em seu núcleo é necessário uma parte diversificada, ou seja, disciplinas de interesses municipais e regionais.

O currículo da Escola José Américo de Lacerda é constituído por duas grades para atender às modalidades de ensino oferecidas (Anexo I). Na Educação Infantil a duração do módulo-aula é de sessenta minutos; duzentos dias letivos anuais; quarenta semanas anuais; cinco dias semanais; com carga horária anual de oitocentos e cinquenta horas.

O recreio tem a duração de quinze minutos e o turno de quatro horas e quinze minutos. No seu eixo de trabalho busca-se a formação pessoal, social e conhecimento de mundo com Autonomia, Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. Do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, duração do módulo-aula é de quarenta e oito minutos e do sexto ao nono ano a duração é de cinquenta minutos;

Os dias letivos são (duzentos); com quarenta semanas letivas, cinco dias letivos; sendo a carga horária anual do primeiro ao quinto ano de oitocentas horas e do sexto ao nono ano de oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos. A duração do turno do primeiro ao quinto ano é de quatro horas e quinze minutos, do sexto ao nono ano é de quatro horas e vinte cinco minutos, tendo o recreio duração de quinze minutos.

Os componentes curriculares estão divididos em duas áreas de conhecimento. Base Nacional Comum e Parte Diversificada. Na Base Nacional Comum do Ciclo de Alfabetização (primeiro ano) a escola oferece Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História e Educação Física com duas aulas semanais. Oferece também Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal; na parte diversificada Música e Psicomotricidade com duas aulas semanais, e Natureza e Sociedade uma aula semanal.

No Ciclo de Alfabetização (segundo e terceiro ano), na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com seis aulas semanais, Ciências, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal. No Ciclo Complementar (quarto e quinto ano) na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa com seis aulas semanais, Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso e Artes com uma aula semanal; na parte diversificada Inglês uma aula semanal.

Nos anos finais (sexto e sétimo ano) na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências com quatro aulas semanais, Geografia, História com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso com uma aula semanal; na parte diversificada Inglês duas aulas semanais.

Nos anos finais (oitavo e nono ano) na Base Nacional Comum, temos Língua Portuguesa e Matemática com cinco aulas semanais, Ciências, Geografia, História

com três aulas semanais, Educação Física duas aulas semanais, Ensino Religioso com uma aula semanal; na parte diversificada Inglês duas aulas semanais.

Enfim, o Plano Curricular, da Escola Municipal José Américo de Lacerda, reflete as necessidades dos educandos, a forma de organização do trabalho escolar, a organização dos conteúdos e metodologias apropriadas à construção social do conhecimento, para cada série e disciplina, contendo informações necessárias sobre a matéria, como ensiná-la e como avalia-la. Ou seja, o currículo é sempre reformulado em função do aluno e visa tornar a escola um ambiente que atende e respeita às diferenças e valoriza a educação.

4 TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

As relações escolares intra e extra escolares ajudam os alunos a conhecerem o mundo, a pensar e agir sobre ele. Torna-se necessário então, tornar o ambiente escolar mais favorável ao convívio social e mais coerente com o desenvolvimento do sujeito. Neste contexto, a Escola Municipal José Américo de Lacerda trabalha com ciclos de formação e anos, sendo que essa organização apresenta características atraentes relativas ao ritmo, a diversidade e a liberdade.

” Nenhuma escola constrói o PPP sem estar verdadeiramente comprometida com a democracia sem estar fortemente ancorada no conhecimento da comunidade que está inserida e para qual deve sempre voltar suas ações”. (PERES; 2002, p. 184)

Pode-se afirmar que o modo de organizar o tempo de conhecimento escolar, é sempre marcada pela fragmentação do dia letivo, e o currículo é organizado em períodos fixos de tempo para disciplinas supostamente separadas. O ano letivo conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN é dividido em, no mínimo, duzentos dias de efetivo trabalho escolar (Anexo 2).

A carga horária mínima de oitocentas horas, sendo a duração diária da jornada escolar de no mínimo de quatro horas e quinze minutos para a Educação Infantil e Ciclo Inicial de Alfabetização e Ciclo Complementar de Alfabetização, e nos Anos Finais a duração é de no mínimo de quatro horas e vinte e cinco minutos, incluindo o tempo destinado ao descanso dos alunos e professores (recreio) que não ultrapassa quinze minutos.

A Escola Municipal José Américo de Lacerda atende a dois turnos, oferecendo as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil; Ensino Fundamental (primeiro ao nono ano). O Ensino Fundamental, com duração de nove anos estrutura-se em cinco anos iniciais e quatro finais, implantado pela SEE/MG. Nos anos iniciais, a organização escolar do Ensino Fundamental passa a ter dois ciclos de alfabetização, sendo o primeiro Ciclo Inicial de Alfabetização (primeiro, segundo e terceiro ano) com duração de três anos e o segundo, o Ciclo Complementar de Alfabetização (quarto e quinto ano) com duração de dois anos.

De acordo com o Regimento Escolar, no final de cada ciclo haverá retenção. Será retido o aluno que não alcança a média mínima de pontos pretendida (sessenta por cento). No primeiro e segundo ano do Ciclo Inicial e no quarto ano do ciclo complementar de Alfabetização, serão atribuídos conceitos para cada conteúdo estudado na forma regulada pelo Sistema de Ensino de Minas Gerais, garantida nesta etapa a progressão continuada.

No terceiro e quinto ano, assim como para o ensino do sexto ao nono ano, são atribuídos pontos, sendo a promoção do aluno de um ano para outro, condicionada a sua aprovação. Serão ministradas aos alunos do sexto ao nono ano, cinco aulas diárias, com duração de cinquenta minutos cada uma. A estrutura do ensino é decorrente do desenvolvimento do ser humano entendendo que os seres humanos são muito diferentes entre si, deve se organizar e completar estas diferenças garantindo ao aluno um período de trabalho, com seu ritmo e suas particularidades.

5 PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão democrática, como princípio consagrado pela Constituição Federal (1988) e pela LDBEN que em seu art. 12 propõe um processo de articulação com a família e a comunidade. Sendo um processo de integração da sociedade e da escola, surge a necessidade de buscar e valorizar a participação dos pais e responsáveis.

É importante no contexto em estudo, que a família tome sempre conhecimento sobre o rendimento dos alunos, assim como o processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) considerando os aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros. Ou seja, as decisões desta escola são tomadas de forma coletiva e transparente.

Porém, alguns pais e responsáveis tem deixado a desejar no sentido de sua efetiva participação na vida escolar de seus filhos. Sabe-se que a participação de pais e responsáveis deve ser incentivada de maneira a tornar-se uma realidade. Não basta a força da lei, tem de ser entendida pela comunidade e aceita por todos, dentro e fora da escola.

“A escola pública que desejo é a escola onde tem um lugar de destaque, a apreensão crítica do conhecimento significativo, através da relação dialógica. É a escola que estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar; onde se propõe a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular, o saber pelas experiências no mundo”. (FREIRE, 2001, p.81)

A Escola Municipal José Américo de Lacerda conta com os seguintes segmentos processos de decisão: Conselho do Caixa Escolar; Conselho de Classe; Conselho de Avaliação de Desempenho. O Conselho do Caixa desta instituição, fundado em 17/4/1997, tem por função apoiar e dar assistência nas decisões, no que se refere ao repasse e aplicabilidade das verbas recebidas. Neste caso são registradas em atas e assinada por todos os membros participantes.

O Conselho do Caixa Escolar representa a junção de esforços e objetivos que são caracterizados principalmente por interagir junto à escola como instrumento de transformação de ações, promovendo o bem-estar da comunidade e do ponto de vista educativo, cultural e social; promover aproximação e a cooperação dos

membros da comunidade pelas atividades escolares; contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola;

Outros fatores que caracterizam os conselhos da escola são a cooperação na conservação dos equipamentos e prédios da unidade escolar; A administração de acordo com as normas legais que regem os recursos, convênios, doações e arrecadações da entidade entre outros.

O Conselho de Classe é formado por um órgão colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do educando, auxiliando assim, a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola. Tem como objetivo avaliar o desempenho de cada educando nas ações escolares do bimestre, verificar as necessidades de cada aluno e procurar sanar as dificuldades encontradas.

O Conselho de Avaliação de Desempenho tem como finalidade avaliar o desempenho dos funcionários da escola. É constituído por uma comissão efetiva e de outra suplente (para caso de impossibilidade de participação do membro efetivo da comissão no dia da reunião). Esta comissão é constituída por funcionários efetivos que já tenham cumprido o período do estágio probatório. Durante as reuniões da Comissão de Avaliação faz-se necessário lavrar uma ata para fins de registro escolar.

A comissão de Avaliação da Escola Municipal José Américo de Lacerda é composta por um presidente que é o gestor da escola; um vice, de acordo com o turno em que trabalha; um representante da equipe pedagógica por turno; um secretário; um representante de funcionários por setor e dois representantes de professores por turno.

Além de avaliar o currículo anual, indicar o que mais se ajusta aos alunos e orientar o planejamento de trabalhos e projetos, os conselhos participam também da enturmação dos alunos para o ano letivo; ajudam a estabelecer objetivos s serem alcançados em cada componente curricular; planejam as diversas estratégias de avaliação; estabelecem critérios de seleção de componentes curriculares; elaboram projetos coletivos de ensino e atividades e acompanham o desempenho dos alunos.

Desta forma as decisões tomadas na Escola Municipal José Américo de Lacerda são transparentes, pois contam com representantes de todos segmentos de trabalho da escola envolvidos no processo ensino-aprendizagem da instituição e também da comunidade local. Caracteriza-se, portanto, por uma gestão verdadeiramente democrática e participativa.

6 RELAÇÕES DE TRABALHO

A gestão da Escola Municipal José Américo de Lacerda, juntamente à sua comunidade, garante o funcionamento dos serviços escolares e o alcance dos objetivos educacionais definidos no seu Projeto Político Pedagógico (PPP). É composta pelo gestor e pelos vice-diretores designados em ato próprio, pelo prefeito Municipal de Nova Serrana.

A organização escolar compreende todos os órgãos necessários ao funcionamento desta unidade e os funcionários da escola são aprovados em concursos públicos de provas e títulos e nomeados através da Secretaria Municipal de Educação. São efetivados após três de estágio probatório e se necessário, em alguns casos são designados pela escala dos concursados não nomeados.

São regidos por estatuto próprio, desvinculado da legislação trabalhista comum, Consolidação das Leis trabalhista (CLT).

A Administração Municipal rege-se por normas próprias que obedecem aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. O relacionamento entre os profissionais da Escola Municipal José Américo de Lacerda é regulado na civilidade, na atitude de companheirismo e principalmente o respeito mútuo.

Uma educação que possibilite uma convivência harmônica e enriquecedora entre os indivíduos pressupõe reconhecimento da diversidade. Saber que somos diferentes e que cada um tem o direito de ser diferente, único e singular, exige um aprofundamento no respeito pelo outro e na compreensão do outro. Requer que se trabalhem não apenas os espaços externos, aos ambientes de aprendizagem onde acontecem as relações, mas sobretudo o espaço interno de cada um de nós, possibilitando o autoconhecimento e, como, consequência, o reconhecimento do outro (ABREU, MOURA, 2001, p.112)

E neste contexto, o gestor como coordenador geral da escola exerce sua gestão com autoridade, sendo o responsável por tudo que se passa na escola; Está sempre atento às consequências educativas de suas decisões e atos e assume a liderança para atingir os objetivos propostos pela escola. O papel do gestor consiste então, em fazer com que esta instituição escolar atinja todos os seus objetivos de forma plena e harmoniosa, com as relações pautadas na solidariedade, reciprocidade e respeito

mútuo entre todos os segmentos da escola, entre os profissionais, alunos e principalmente com a comunidade local.

7 AVALIAÇÃO

Avaliação é entendida como fonte principal de informação reformulação de práticas educativas que possibilitem a formação integral do aluno, onde os processos devem considerar a compreensão dos fatos e a aplicação dos conhecimentos, habilidades, atitudes e automatismos adquiridos pelo aluno, evitando-se a aferição de dados que envolvam apenas a memorização.

A avaliação no contexto da Escola Municipal José Américo de Lacerda é um processo contínuo, que tem como objetivo principal analisar o conhecimento, as atitudes e os fatos no dia a dia. Utiliza-se para esse fim, diversos instrumentos que tem objetivos claros e bem definidos. Na visão dos profissionais, a avaliação é um processo que permite compreender o objetivo e não apenas uma visão diagnóstica ou uma comparação entre objetivos metas e resultados. Avaliar consiste então, em compreender a realidade e aperfeiçoá-la.

Nesta instituição, tanto os alunos quanto os profissionais e a instituição, por meio de questionários, pais, alunos e outros sujeitos envolvidos diretamente com a atividade da escola, são avaliados.

São realizadas também as avaliações externas que é um sistema utilizado pelo Governo Federal e de Minas Gerais para medir o grau de desenvolvimento e aprendizado dos alunos matriculados nas Escolas Públicas do Estado (estaduais e municipais), são elas: Provinha Brasil, Prova Brasil, Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB), Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA).

O Projeto Político Pedagógico deve proporcionar condições específicas de reflexão e crítica da organização do trabalho pedagógico da escola como um todo, através do processo de avaliar e reavaliar. Este documento oferece também condições de novas formas de organização de trabalho, ajuda no fortalecimento da equipe escolar e da gestão democrática participativa.

Por isso é fundamental que a gestão ocorra de forma colegiada, através dos Conselhos com funções consultivas e deliberativas nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras.

A avaliação do (PPP) é indispensável na escola, pois ele está em permanente processo de desenvolvimento, não é estático e envolve todos os segmentos da instituição. Portanto, sua avaliação se faz nas várias ações desenvolvidas na escola, assim é possível verificar o crescimento da comunidade escolar e da própria instituição de ensino. A avaliação, portanto, é realizada por observações contínuas de toda instituição.

Na Escola Municipal José Américo de Lacerda, semestralmente a Avaliação de Desempenho do profissional por meio de uma auto avaliação e pela comissão de avaliação, formada através de votos de todos os segmentos da instituição. As avaliações escolares ocorrem durante todo o ano letivo e o aluno é avaliado através de recursos variados como observações, trabalho em equipe e individuais, pesquisas, provas, estudos dirigidos, experimentos, etc.

O professor regente faz um trabalho de recuperação simultaneamente ao processo educativo, para garantir ao educando a superação de dificuldades na sua trajetória escolar e ao final do ano letivo, com aulas ministradas pelo próprio professor.

A avaliação do desempenho do aluno é contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação também é formativa; pois são atribuídas notas, sendo cem o número de pontos cumulativos que cada aluno pode conseguir durante o ano letivo, em cada conteúdo. Os cem pontos atribuídos são distribuídos da seguinte forma: Em cada bimestre serão registrados 25 pontos. No total de quatro bimestres terão sido distribuídos os cem pontos anuais.

Na Concepção de Sant'anna (1995, p.7), a avaliação escolar é o termômetro que permite avaliar o estado em que encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é a alma do processo educacional”.

Considera-se aprovado, o aluno que alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento e aproveitamento mínimo de sessenta pontos cumulados em cada conteúdo curricular. Os resultados das avaliações é o caminho para análise e recuperação. A recuperação acontece permanentemente ao longo do ano letivo em que o aluno está recuperando o conhecimento perdido e paralelamente terá sua nota.

O aluno que não obtém o aproveitamento mínimo de sessenta por cento no conteúdo tem o direito a recuperação e, ela será feita logo após encerrar as avaliações do bimestre. É adotada a progressão parcial nos quatros anos finais do Ensino Fundamental me é beneficiado o aluno que não atingir o desempenho mínimo em até duas disciplinas.

É retido no ano em curso o aluno que não atingir o desempenho mínimo em três ou mais disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial.

No último ano do Ensino Fundamental, se o aluno não atingir o desempenho mínimo em todas as disciplinas, ele fica retido.

7.1 Avaliação no processo de planejamento participativo

O professor da Escola Municipal José Américo de Lacerda, organiza atividades especificamente programadas para o atendimento de alunos ou grupos que demonstram dificuldades ao longo o processo de aprendizagem.

Quanto à transferência, o aproveitamento de estudos é avaliado pelos profissionais da escola, inclusive quando se trata de transferência entre estabelecimentos, classifica-se o aluno de acordo com suas competências, habilidades, idade, série e/ou ciclo.

A classificação dá-se em qualquer ano ou etapa, exceto a primeira do Ensino fundamental da seguinte forma: por progressão continuada para alunos que estiverem em curso na escola; por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas, considerando os componentes da Base Comum Nacional. Independente da escolarização anterior mediante avaliação feita pela escola, que

defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição no ano ou etapa adequada.

Para isso é solicitado ao Conselho de Classe que elabore e corrija as avaliações e decida pelo ajustamento do candidato ao ano. A Equipe Pedagógica ainda organiza um banco de provas, de todos os anos e conteúdo, para facilitar a classificação dos alunos que dela necessitam. A aplicação das provas, elaboração das atas e encaminhamento dos resultados à secretaria fica a cargo da Equipe Pedagógica.

A reclassificação pode acontecer: quando se trata de transferência entre estabelecimento do país e do exterior, independente de escolarização anterior.

Considera-se evadido o aluno faltoso por mais de cinquenta dias letivos consecutivos; para aluno com frequência inferior a setenta e cinco por cento após o término de cada ciclo ou ano. A reclassificação é decorrente de decisão de uma comissão presidida pelo gestor da escola, com a participação de representantes docentes do nível no qual o aluno será classificado (Ensino Fundamental), bem como dos profissionais responsáveis pela coordenação ou supervisão das atividades pedagógicas.

Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação são encaminhados pela Equipe Pedagógica à secretaria que ficará encarregada de fazer o seu arquivo na pasta individual do aluno na escola.

O aluno com frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento, e com aproveitamento abaixo da média nos conteúdos, tem direito a uma prova final de reclassificação.

O rendimento escolar é divulgado através de reuniões bimestrais, com a presença dos pais e educadores. Caso o aluno não tenha um rendimento escolar satisfatório ou condizente com ano e turma, os pais são chamados em qualquer época e é exposta a situação do mesmo para a procura de soluções, em conjunto.

As reuniões pedagógicas acontecem de acordo com a disponibilidade dos profissionais, como muitos não residem no município, os professores da Educação Infantil ao quinto ano se reúnem uma vez por semana na segunda-feira uma hora e

meia e os professores do sexto ao nono ano se reúnem uma vez por mês, no primeiro sábado, totalizando seis horas mensais.

Nas reuniões pedagógicas são discutidos os conteúdos programáticos, inserindo-os na realidade. São discutidas metodologias e materiais didáticos. Nessas reuniões também são discutidos assuntos de ordem administrativa. Desta maneira, a escola procura avaliar e promover o desenvolvimento do educando e a incentivá-lo a avançar e procurar formas de transformar o meio em que ele vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico (PPP) representa um norte a seguir e escola tem de se direcionar e avaliar a direção que ela vai tomar para atingir seus objetivos. É um momento de ajustar todo o coletivo da escola para que possa decidir, coletivamente, os rumos que ela deve seguir. Desta forma, pode-se dizer que com reflexões e estudos a escola constrói sua identidade de forma a atingir seus principais objetivos que é a de formar um cidadão participativo, crítico, responsável e comprometido.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o resultado positivo da interação dos objetivos e prioridades feitas pela coletividade na Escola Municipal José Américo de Lacerda, que deseja, através de ação-reflexão-ação a realização de uma nova realidade. Para atingir os objetivos a avaliação deve estar sempre presente, pois só é possível saber os rumos a tomar se existiu um acompanhamento permanente do trabalho de todos envolvidos no processo ensino aprendizagem. Nesse sentido, a sua implementação torna-se uma necessidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. V. de; MOURA, E. (orgs). **Progestão**: como desenvolver a gestão dos servidores na escola? Módulo VIII. Brasília, Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDBEN), Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério de Educação e do Desporto, 1996.

_____. Estruturas e elementos do PPP: estrutura organizacional, módulo II. *Online*. Disponível em: <http://www.moodle.ufba.br/> acesso em 29 abril.2013

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Guia do diretor escolar SEE** – MG: instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor escolar. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2006.

PERES, E. T. Dimensão institucional e projeto político- pedagógico da escola. In: SALGADO, M. C. U.; Miranda, G. W. de (orgs.). **Veredas – Formação Superior de professores**: módulo 4 – v. 2, 3 e 4/SEE – MG, Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2002.

SANT'ANNA, I. M. **Porque avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **ACONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**,1998

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva**. In: VEIGA, I.P.A.) Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15. Ed. Campinas; Papyrus Editora, 1996.

BARBIER, Jean M. **Elaboração de projetos de planificação**, Porto: Porto Editora, 1996.

SANTOS, BS. Uma concepção multicultural de direitos humanos. IN: LUA NOVA, Revista de cultura e política, nº 39, São Paulo: 1997

FREIRE, Paulo. **Educação na cidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001